



# SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

20/08/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## PIS/Pasep: Caixa e Banco do Brasil iniciam pagamento

Quem trabalhou com carteira assinada entre 1971 e 4 de outubro de 1988 começou a receber ontem (19) as cotas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A Caixa Econômica Federal, que administra o PIS, e o Banco do Brasil (BB), que administra o Pasep, começaram a depositar o dinheiro nas contas dos correntistas das duas instituições.

Os demais cotistas poderão fazer os resgates conforme calendário divulgado pela Caixa e o Banco do Brasil. Segundo a Medida Provisória (MP) 889/2019, os recursos do fundo ficarão disponíveis para todos os cotistas, sem limite de idade. Diferentemente dos saques anteriores, agora não há prazo final para a retirada do dinheiro. A MP facilita o saque por herdeiros, que passarão a ter acesso simplificado aos recursos. Eles terão de apresentar declaração de consenso entre as partes e a declaração de que não existem outros herdeiros conhecidos.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 20/08/2019

## Comissão debate mudanças no FGTS

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público debate, nesta terça-feira (20), os projetos de lei em tramitação na Câmara sobre mudanças na lei que regulamenta o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS - Lei 8.036/90). O objetivo, segundo o deputado Paulo Ramos (PDT -RJ), que solicitou a audiência, é mostrar que o FGTS é uma "poupança privada, cujo dono é o trabalhador, e que o governo é somente o gestor e garantidor". Para Ramos, muitos dos projetos são "inviáveis e colocam a estabilidade e sustentabilidade do Fundo de Garantia em risco".

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 20/08/2019

## Expectativa para a economia melhora

O mercado financeiro aumentou a projeção para o crescimento da economia e reduziu a estimativa de inflação para este ano. Segundo o boletim Focus, pesquisa divulgada todas as semanas pelo Banco Central, a previsão para a expansão do PIB foi ajustada de 0,81% para 0,83% neste ano. A previsão para 2020 também subiu e passou de 2,1% para 2,2%. Para 2021 e 2022 não houve alteração nas estimativas: 2,5%.

A estimativa de inflação, calculada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), caiu de 3,76% para 3,71%. Não houve alteração nas estimativas para os anos seguintes: 3,90%, em 2020, 3,75%, em 2021, e 3,5%, em 2022. A meta de inflação, definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), é 4,25% em 2019, 4% em 2020, 3,75% em 2021 e 3,5% em 2022, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 20/08/2019

## 4,6 milhões de paulistas inadimplentes têm dívidas de até R\$ 500

Segundo levantamento da Serasa Experian, cerca de 4,6 milhões de pessoas têm dívidas em atraso de até R\$ 500 no Estado de São Paulo. O número representa 20% dos 23 milhões de inadimplentes com pendências desta quantia. Em média, estas pessoas têm duas contas negativadas que somam até R\$ 500. Caso optem por regularizar sua situação, cerca de 8 milhões de dívidas em aberto sairiam da base da Serasa no Estado, ou 19,7% da base total de quase 39 milhões no país.

### INADIMPLÊNCIA.

Em junho de 2019, o número de inadimplentes no Brasil chegou a 63,4 milhões e registrou novo recorde histórico. No comparativo com o mesmo mês do ano passado, que tinha 61,7 milhões, o crescimento foi de 2,5%. São Paulo é o Estado com o maior número de devedores, com 14,9 milhões de pessoas.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 20/08/2019

## Estoque de ações na Justiça do Trabalho cai abaixo de 1 milhão depois de 12 anos

O número de processos trabalhistas à espera de julgamento em primeira instância recuou a menos de 1 milhão pela primeira vez nesta década. Até junho, o volume residual despencou para 959 mil ações. Esse total é semelhante ao de 12 anos atrás, quando 2007 terminou com 946 mil reclamações sem julgamento.

A queda no total de processos residuais é reflexo da reforma trabalhista do governo Michel Temer. As alterações na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) entraram em vigor em novembro de 2017.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 20/08/2019

## CDH debate aposentadorias especiais e pensões por morte na nova Previdência

As aposentadorias especiais e pensões por morte serão o foco de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) nesta terça-feira (20), às 9h. O ciclo de debates sobre a reforma da Previdência (PEC 6/2019) atende a requerimento do presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS). Entre os convidados estão representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), além do Ministério da Economia. A audiência está marcada para a sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho e será realizada em caráter interativo, por meio do portal e-Cidadania.

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Medida Provisória da Liberdade Econômica retira direito dos trabalhadores, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou nesta segunda-feira (19), em Plenário, a Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019), que busca reduzir a burocracia para os negócios da iniciativa privada, ao estabelecer garantias para o livre mercado e prever isenção de alvarás e licenças para startups. Para o parlamentar, a medida retira direito dos trabalhadores. O senador explicou que no campo, a MP permite, em período de safra, o trabalho aos sábados, domingos e feriados, sem a folga correspondente ao longo da semana. Na opinião de Paulo Paim, se esse artigo virar lei, o trabalhador rural passará a atuar em situação análoga à escravidão, submetido a uma jornada exaustiva e sem limites.

— Os cortadores de cana-de-açúcar poderão ficar trabalhando quatro semanas sem folga nem horas-extras em atividades intensas, se assim entender o responsável por aquele canavial. Trabalhadores poderão trabalhar aos domingos e feriados, sem ter direito ao pagamento em dobro, como é hoje, nesse caso de fim-de-semana, por horas trabalhadas — ressaltou o senador. O senador disse ainda esperar que o Senado rejeite a medida provisória e não se transforme em uma casa meramente confirmadora das decisões da Câmara dos Deputados. A proposta, aprovada naquela Casa como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2019, tem validade até o dia 27 de agosto e é o primeiro item da pauta do Plenário na terça-feira (20).

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>